

A LEI 10.639/03 ENTRE DESAFIOS, AVANÇOS, CONFLITOS E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

Lídia de Sousa Menezes ¹

Eglen Silvia Pipi Rodrigues ²

Eixo do trabalho: (X) Pesquisa concluída ou em andamento; () Projeto de extensão concluído ou em andamento; () Relato de experiência.

Resumo

Sabemos que a educação pública no Brasil é um direito assegurado e destinado a todos e que faz parte de um processo de produção que constroem tipos de sociedades. Portanto estudar, refletir e interrogar sobre a educação brasileira deve ser um exercício constante, no que tange ao estabelecimento de teorias, práticas, projetos, políticas públicas, diversidade e leis. As conjunturas de preconceitos, racismo e antirracismo em nosso país, acompanham a sua própria história de nação, pois são heranças deixadas desde o período colonial através da escravidão. Assim sendo a educação tem um papel muito importante e significativo para contrapor e reparar as mazelas deixadas em nossa sociedade, pois ela se apresenta como uma chave, um horizonte norteador. Portanto a lei 10.639/03, surge como objeto principal deste trabalho e através dela buscaremos as concepções de professores em início de carreira para a construção de suas práticas pedagógicas no cenário da educação e enquanto políticas públicas de estado que tenham a função de preparar os docentes como agentes de transformação. O desenvolvimento metodológico dessa pesquisa ocorreu de maneira sistematizada, utilizando uma abordagem comunicativa crítica, se trata de uma metodologia com compromisso de transformação e que luta contra as desigualdades e a exclusão social. Nossa base teórica é pautada em referências e em estudos que tenham concepções e olhares voltados a teoria crítica e que apontam a importância da decolonialidade para romper com padrões impostos e com paradigmas antigos.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, Formação de professores, Educação antirracista.

¹. Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdU/ Ciências Humanas; Educação/ UFR - Universidade Federal de Rondonópolis; lidia.menezes@aluno.ufr.edu.br

² Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdU/ Ciências Humanas; Educação; Ensino-Aprendizagem/ UFR - Universidade Federal de Rondonópolis; eglen.rodrigues@ufr.edu.br



INTRODUÇÃO

Estudar e interrogar sobre a educação brasileira deve ser um exercício constante, necessário e urgente no que tange ao estabelecimento de teorias, práticas, projetos, políticas públicas, diversidade e leis, enfim, problematizar, compreender, dialogar, apresentar possibilidades e releituras sobre os processos educacionais é de muita valia diante dos desafios que encontramos em nosso cotidiano.

Quando observamos os currículos e os conteúdos ministrados em sala de aula nos deparamos com eixos norteadores e para além deste debate evidenciamos a lei 10.639/03 que tem como fundamento a obrigatoriedade de estudos acerca da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas. Como nos explicita o autor Thiago Henrique Mota:

A lei 10.639/2003 resulta da luta dos movimentos sociais negros que buscaram transformar a realidade política e social, por meio da educação. Esse processo exige o resgate da história e cultura da população negra, frente aos cinco séculos de silenciamento e apagamento de suas contribuições para construção da sociedade brasileira e mundial. Para além da responsabilidade de produzir conhecimento efetivamente inclusivo, a lei é um compromisso político de combate ao racismo na tentativa de constituir uma democracia em uma sociedade multicultural e pluriétnica. (MOTA, 2019, p. 274)

Apesar da promulgação da lei há quase 22 anos, quando indagados muitos colegas não a conhecem ou sabem muito pouco sobre a mesma. Por isso, percebemos que ainda se faz necessário muitos estudos e reflexões acerca da temática. Portanto a lei 10.639/03, surge como objeto principal deste trabalho e busca responder a seguinte problemática: Quais as concepções que os professores têm em relação à essa lei e para a construção de suas práticas pedagógicas na busca de uma educação antirracista? Assim este estudo se torna pertinente por aspirar uma reflexão acerca de concepções e práticas pedagógicas desenvolvidas no cenário da educação e enquanto políticas públicas de Estado. Os objetivos se propõem em: compreender quais as concepções que os pedagogos em início de carreira têm em relação à lei, descrever e analisar as práticas pedagógicas realizadas por estes professores e por último identificar se as práticas pedagógicas desenvolvidas por eles resultam em práticas antirracistas.

Diante de várias leituras e estudos ficou claro a necessidade de compreender nosso contexto histórico enquanto povo, para enxergar algumas adversidades e entendermos que alguns modelos estabelecidos de educação estão em crise estrutural e devem ser mudados. Através da dominação capitalista e da imposição de uma superioridade de conhecimentos, os homens brancos ocidentais do século XVI definiram por meio de suas opiniões, vontades e privilégios um tipo de sistema-mundo, sendo regido por projetos imperiais, coloniais e patriarcais onde todos seriam “medidos por suas réguas”.

Utilizando-se do princípio da universalidade e do discurso religioso encontraram uma gama de oportunidades para impor ao mundo suas vontades e preconceitos, onde eles seriam o modelo ideal a ser seguido, onde “todos são iguais perante ao olho de deus” e dentro da filosofia cartesiana esse “olho de deus” está interligado ao “eu centrado”.

Seguindo essa lógica eles empregaram discursos como estes mundo a fora para justificar as invasões, denominadas de conquistas imperiais. “Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades “divinas” que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais.” (GROSFOGUEL, 2016, p.31).

Logo agora com “qualidades divinas” os conquistadores podiam definir inclusive quem era humano, quem era gente ou não, através da religião e de seu deus monoteísta encontraram argumentos para escravizar, violentar, matar e dizimar milhares de pessoas.

O racismo é aqui então a base de desigualdade mais profunda explorada pelos privilégios do homem branco que usando do discurso religioso, intitulou-os como “sem almas” e a partir daí começa o processo de “desgentificação” dos africanos que ao decorrer do tempo o racismo religioso foi dando vez ao racismo de cor. Assim, essa lógica foi estruturando e dando fundamentação para o sistema colonial e escravagista que se perpetuou por muito tempo no mundo ocidental, em específico por 388 anos em nosso país.

Infelizmente temos o racismo velado em nossas raízes, diante da nossa condição de colonizados e por todo o processo sofrido, os traços estilísticos usuais foram modificados e aprimorados na cultura e na educação, no entanto as

ascendências continuam perpetuando até hoje e sendo conscientemente ou inconscientemente repetidas.

Nesse sentido, vestimos uma roupagem do “novo” onde depositamos todas as expectativas e responsabilidades de futuro nas crianças e sem percebermos acabamos por repetir comportamentos e padrões colonizadores com elas. Onde os adultos em suas relações serão sempre superiores às crianças, e por isso, são eles que ditam as regras. A autora Hannah Arendet tece sobre isso em sua obra “A crise na educação”.

O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, desde a Antiguidade até aos nossos dias, mostra bem como pode parecer natural querer começar um mundo novo com aqueles que são novos por nascimento e por natureza. No que diz respeito à política há aqui, obviamente, uma grave incompreensão: em vez de um indivíduo se juntar aos seus semelhantes assumindo o esforço de os persuadir e correndo o risco de falhar, opta por uma intervenção ditatorial, baseada na superioridade do adulto, procurando produzir o novo como um fait accompli, quer dizer, como se o novo já existisse. (ARENDET, 2011, p. 03)

Desta maneira, acreditando nesta superioridade adulta, vamos moldando nossas crianças em “formas sociais” antigas e que já estão decadentes. Em muitas situações fazendo uso da violência e ferindo direitos e a integridade das mesmas, invisibilizando-as e cobrando obediência e pacifidade o tempo todo.

Consequentemente, essa lógica e as repetições de comportamentos fazem com que avancemos lentamente para a ruptura do senso comum e a busca por uma sociedade mais igualitária e democrática. Por isto se faz necessário repensar e recriar nossos modelos educacionais.

A dificuldade de sociabilidade entre docentes e alunos sobre as questões étnico-raciais inviabilizam a problematização deste tema no espaço pedagógico, dificultando a construção de uma consciência crítica sobre as práticas preconceituosas e gerando, assim, desafios para a formação de uma educação antirracista.

Para tal a educação não deve ser pensada/associada a uma única lógica, um único olhar, não podendo seguir um modelo dominante que inibe os conflitos e prega o silenciamento de muitos, pois ela é justamente a esperança acesa para a quebra desses modelos impostos e a busca de novos caminhos que podem ser trilhados nos processos de descolonização. O autor Luiz Rufino reflete sobre a educação e seus desdobramentos:

Elas nos marcam como seres únicos, de vivências intransferíveis, imensuráveis e que têm como característica existencial dar o tom do acabamento de cada um de nós pelas mãos dos outros e dos afetos roçados nas relações. A educação é uma esfera de autoconhecimento, responsabilidade, liberdade, esperança e cura. (...) A defesa que faço é que a educação deve ser entendida como uma forma de erguer existências, mobilizá-las, uma encantaria implicada em contrariar toda e qualquer lógica de dominação. A educação como dimensão política, ética, estética e de prática do saber comprometida com a diversidade das existências e das experiências sociais é, em suma, um radical descolonizador (RUFINO, 2021, p. 08-09).

Percebemos, então, que as várias formas de educação produzem e praticam ensinamentos entre aqueles que ensinam e os que aprendem. Pois são feitas de interações sociais entre culturas, tempos e contextos históricos. Assim, os seres são criadores e recriadores de regras e modelos estabelecidos em sociedades. Esses conhecimentos são advindos de variados saberes e fazeres humanos e podem ser passados de geração em geração, podendo a educação ter variadas dimensões e espaços, sendo a fonte de resistência e esperança que quebra diariamente as narrativas de dominação.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento metodológico dessa pesquisa ocorreu de maneira sistematizada, utilizando uma abordagem comunicativa crítica que se trata de uma metodologia com compromisso de transformação e que luta contra as desigualdades e a exclusão social. Sendo caracterizada pela importância e interação de todos os integrantes/participantes da pesquisa de forma que buscam e constroem juntos. Os sentidos/significados dependem das interações humanas. A finalidade desta abordagem é compreender, descrever, analisar a realidade social e apontar novos elementos de transformações.

Esta metodologia encontrou respaldo em duas bases principais: A teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas e na teoria da dialogicidade e a prática transformadora de Paulo Freire. Em ambas temos buscas pelas especificações das ações comunicativas e dialógicas. Fica evidente que de acordo com as bases teóricas que esta metodologia se faz principalmente através da comunicação, do diálogo e das interações sociais, de forma que as reflexões são constituídas a partir das perspectivas das pessoas envolvidas na pesquisa que formam parte do que se é investigado. os procedimentos estimulam os participantes a se envolverem com a

pesquisa de tal forma que possibilita para além de sua interação, a reflexão, o sentido de pertencimento e o coloca em situações de investigador da sua própria realidade.

Desta forma a metodologia se faz também crítica, pois os participantes além de compreenderem e refletirem sobre as questões/desigualdades sociais, muitas vezes buscam mudanças e transformações de suas realidades. No que tange as coletas de dados, a pesquisadora e a orientadora decidiram explorar os fatores que apresentam as perspectivas/concepções desejadas para a pesquisa, fazendo uso de três técnicas comunicativas: a escuta de relatos comunicativos, os roteiros semiestruturados onde consta as perguntas direcionadas a formação dos docentes e as observações comunicativas em sala de aula. As mesmas consistem na construção da pesquisa através do diálogo e das interações de um grupo de pessoas que elaboram juntos interpretações para determinadas situações e que compartilhem de algo em comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado encontra-se na reta final, o qual a pesquisa e a coleta de dados com os professores/entrevistados foram realizadas entre os meses de agosto a novembro de 2023, todos os devidos trâmites foram feitos e respeitados, após o projeto ser aprovado pelo CEP/UFR - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Rondonópolis. Para a realização dessa pesquisa, constituiu lócus duas escolas da rede municipal e duas escolas da rede estadual de ensino do município de Jaciara-MT e teve como participantes quatro professoras pedagógicas (uma de cada unidade escolar) que atuavam no ensino fundamental e que eram iniciantes na carreira (entre 1 a 5 anos) no ano de 2023. Essa delimitação se fez importante, pois em nossas entrevistas buscávamos professores iniciantes e que tinham formado a pouco tempo para observarmos as matrizes curriculares e relatos de formações dos mesmos.

Dentro da metodologia comunicativa crítica temos diferentes níveis de análise que estão interligadas as dimensões excludentes e as dimensões transformadoras, de forma que estas dimensões tem relação direta com os obstáculos/empecilhos que encontramos ao decorrer da realidade investigada. Após ser feita a tabulação dos dados, se faz necessário realizar um encontro e dar um retorno para os entrevistados para que eles possam discutir e refletir acerca da realidade investigada e assim

através do diálogo e das interações aprovarem de forma consensual os dados obtidos.

Lembrando ainda que todos os dados devem ser apresentados a eles, como: as interpretações ou falas diretas dos participantes, quadros anexos, tabelas e entre outros.

Assim a pesquisa em si foi construída juntamente com as participantes, levantando novos olhares, novas formas de pensar e ensinar se fazendo necessário o conhecimento e reconhecimento público desses saberes, nas mais diferentes áreas e currículos, para assim tornarmos a educação mais inclusiva e diversa. Mas, fica evidente que ainda há um longo caminho para a construção do que efetivamente a Lei 10.639/03 tem como expectativa, pois para um país que foi construído baseado na escravidão, ainda será necessário muito tempo para romper com paradigmas e conseguir mais atuação do poder público para a concretização e aplicabilidade efetiva da lei.

Uma das hipóteses levantadas em nosso trabalho ao buscar as concepções dos professores em início de carreira é que será necessário trabalhar/criar a concepção da cultura da lei entre os profissionais, promovendo diálogos, rodas de conversa e formações continuadas. Podemos concluir tendo a certeza de que ainda temos muito o que caminhar nesse sentido, sendo necessário sempre estudar e interrogar sobre a temática aqui apresentada de forma que novas possibilidades e releituras sobre os processos educacionais sejam revisitados, repensados e reformados em busca de uma educação decolonial que abrange diferentes vertentes quais são de grande valia diante dos desafios que encontramos em nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

ARENDET, Hannah. **A crise na educação.** In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 348p.

GROSFOGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemocídios do longo século XVI.** Sociedade e Estado, v. 31, p. 25-49, 2016.



MOTA, Thiago Henrique (Org.) **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares [recurso eletrônico]**
/ Thiago Henrique Mota (Org.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda [recurso eletrônico]: educação e descolonização**
/ Luiz Rufino. — 1. ed. — Rio de Janeiro: Mórula, 2021.